

Michel Foucault nas margens da história: filosofia e literatura / *Michel Foucault on the margins of history : philosophy and literature*

*Flávia Cristina Silveira Lemos **

*Paulo Domenech Oneto ***

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar um esboço sobre a relação que Michel Foucault estabelece com outros saberes que não necessariamente a filosofia, como: a história e as artes, em particular, a literatura. Ele é o resultado de uma comunicação por ocasião dos 40 anos da morte de Foucault, na UFF (Universidade Federal Fluminense), em setembro de 2024. Há um exercício de apresentar ao leitor a tensão que instiga o pensar a ontologia histórica de nós mesmos nas e pelas margens em que o próprio Foucault se posicionou como cuidado ético, estético e político. Ainda há um certo silenciamento na Filosofia brasileira das relações de co-vizinhança de Foucault com a Teoria da História e os fazeres historiográficos, especialmente, na conversação com as artes e, nesse artigo, destaca-se a Literatura como escrita da História e como fonte-arquivo.

Palavras-chave: Foucault; Literatura; História.

ABSTRACT

The aim of this article is to present an outline of the relationship that Michel Foucault establishes with other knowledges that are not necessarily philosophy, such as: history and the arts, in particular, literature. It is the result of a communication for the occasion of the 40th anniversary of Foucault's death, at UFF (Fluminense Federal University), in September 2024. There is an exercise to present to the reader the tension that instigates thinking about the historical ontology of ourselves in and through the margins where Foucault himself positioned himself as ethical, aesthetic and political care. There is still a certain silence in Brazilian Philosophy about Foucault's co-neighborhood relations

*Professora Titular de Psicologia Social – UFPA, Pará, Brasil; E-mail: flaviacslemos@gmail.com.

**Professor junto à UFRJ. Doutor em Filosofia pela Université de Nice - França. Pós-doutor em estudos psicossociais pela University of London, Birkbeck - Inglaterra. E-mail: pgdomenechonto@gmail.com.

with the Theory of History and historiographical practices, especially in conversation with the arts, and, in this article, Literature stands out as writing of History and as a source-archive.

Keywords: Foucault; Literature; History.

Introdução

As relações de Michel Foucault com os historiadores foram constituídas por tensões, proximidades, partilhas mútuas e marcas que nos alcançam por meio de ressonâncias no presente entre História e Filosofia em Michel Foucault com autores do movimento francês de historiografia denominado “École des Annales”, tais como: Roger Chartier (2002), Michel de Certeau (2011), Jacques Le Goff (1990), Michelle Perrot (2017), Arlete Farge (2007), Paul Veyne (1998) e Peter Burke (1998). Foi pelas margens – em diálogo com a literatura e outras artes - que Foucault seguiu no caminho de sair de uma prática filosófica reduzida à exegese, como nas análises estruturais de texto para constituir uma relação com a prática de convivência transdisciplinar da relação da Filosofia com História e as Artes.

Neste texto, busca-se simplesmente delinear algumas trilhas dessa trajetória, em um ânimo pelo interesse do filósofo por uma história que já não naturaliza seus objetos, mas implica sempre uma reconstrução dos acontecimentos passados em função de problemas que devem ser colocados, de acordo com uma ética filosófica nova, apoiada nas transformações das décadas seguintes ao pós-guerra.

As contribuições de Foucault para os/as historiadores/as foram imensas, mas é bom notar que se conjugaram com inúmeras provocações e aportes de outros conhecidos filósofos, como Gilles Deleuze e Jacques Derrida e de outros campos do saber, em um contexto de profundas transformações políticas, sociais e culturais. O mundo já não era o mesmo desde meados dos anos sessenta e pedia novos olhares, outros modos de pensar e formas de existência mais humanizadas, como manifestavam os movimentos da contracultura, o feminismo, o movimento hippie, os movimentos estudantis estadunidenses, referenciados pela *New Left* e especialmente, o impactante *Civil Rights Movement*. Em 1967, ano em que Foucault palestrava para os arquitetos franceses, abrindo o espaço com sua noção de “heterotopia”, Caetano Veloso cantava “Alegria, Alegria”, inaugurando o Tropicalismo, no Brasil. (RAGO, 2020, p. 03).

Em inúmeras ocasiões, nas entrevistas, conferências e publicações, Foucault (1999; 2002; 2003) passou a afirmar que realizava estudos históricos porque desejava

produzir uma desnaturalização das práticas sociais. A atuação dele com os estudos históricos era uma perspectiva de pensar os arquivos enquanto luta política, uma atitude ética de quem desejava efetuar exercícios de interferência no mundo e a problematização do cotidiano dos modos de vida para efetuar resistências. E, essa ação se apoiava na busca por criar uma narrativa próxima ao gênero literário, em que narrador e narrativas estão em relações descontínuas na ordem do discurso, na produção da subjetividade e na análise política da história dos saberes.

1. Das margens com o sabor dos arquivos

Podemos afirmar que interessava a Foucault se dedicar intensivamente ao trabalho minucioso e paciente com os estudos históricos, por meio da paixão pelos arquivos transformando os documentos em “monumentos”, não no sentido de uma grandiosidade dos acontecimentos levantados e sim no sentido de uma reinauguração de nosso olhar sobre esses mesmos acontecimentos. Inclusive, ele chegou a relatar que a sua perspectiva genealógica (uma analítica do poder) era uma insurreição dos saberes assujeitados, visando a uma ativação dos saberes locais na história do presente como ficção possível. Assim, a relação do pesquisar com a verdade é da ordem de uma montagem ficcional porque se faz a escrita da história como quem monta artefatos culturais, portanto, artifício literário que se colocou em um diálogo com a antropologia histórica, a Filosofia da Linguagem e a chamada virada linguística da década de sessenta, na França a partir da chamada História Cultural.

Se, por exemplo, observarmos a relação de Foucault com a literatura, é possível constatar a preocupação regular do filósofo-historiador com a crítica literária para com ela efetuar a problematização dos saberes históricos em um estilo de escrita/pesquisa literária, pois há uma preocupação tanto em realizar uma escrita como estética, ou seja, um gênero literário, como para pensar a literatura como fonte documental. A literatura inventa um cotidiano a partir dos problemas colocados e se vincula, neste sentido, à atitude que Foucault irá encontrar na “escola” filosófica helenística pós-socrática dos cínicos. Foucault (2010), em suas aulas sobre essa tendência filosófica (“A coragem da verdade”), buscou atualizar seu modo de olhar para os acontecimentos. Seria preciso – a exemplo das artes – ter a coragem de tensionar o presente, de maneira a eliminar a distância entre o que dizemos e como vivemos, bem à maneira de Diógenes de Sinope (412 – 323 a.C.).

Foucault foi categórico ao declarar que suas investigações e metodologias estavam mais voltadas para as suas *inquietações pessoais* (no sentido de uma coragem de ser, mas não de defesa de uma intimidade) do que para o desejo de uma fundamentação teórica universal. As descontinuidades presentes nas pesquisas eram movimentos de subjetivação de alguém que caminhava pelas margens e delas extraía sua potência avassaladora. Interrogar a história construída sobre documentos oficiais em seus arranjos que visam a erigir heróis da nação por meio de uma visão que pretende se impor como total implica atravessamentos fixadores da cultura em uma ideia de unidade baseada no modelo da prova, dentro de uma política da verdade cujos desdobramentos serão discutidos nas aulas de 1976 com a emergência do conceito de biopoder, quando o saber histórico positivista legitima e reforça as novas práticas de poder (FOUCAULT, 1999).

Foucault mesmo não queria ser reconhecido por um registro constante de pensamentos, semelhante a um documento de identidade. Com efeito, a interlocução entre filosofia, história e literatura permitiu que Foucault trilha-se uma espécie de “terceira margem do rio” e se descolasse da vertente disciplinar das universidades. Não por acaso, ele dizia que a genealogia era *história dos combates* e que para fazê-la seria fundamental *desdisciplinarizar* os saberes e interrogar quem estávamos nos tornando em uma perspectiva da ontologia histórica do presente: “Se quisermos colocar problemas de forma rigorosa, precisa e apta a levantar interrogações sérias, não é preciso ir procurá-las, justamente, em suas formas mais singulares e concretas?” (FOUCAULT, 2010, p. 353).

No bojo dessa perspectiva histórica, Foucault encontrou nos trabalhos de Paul Veyne (*L'inventaire des différences*) uma perspectiva denominada de “Inventário das Diferenças”, um termo que encabeça o título de seu livro, para poder escrever uma história com lacunas, rara e que não estabelecia tipologias universais, pois, a operação historiográfica admite uma infinidade de interpretações.

A amizade de Foucault com Veyne foi efetivamente uma marca na vida de ambos. Em seu livro *Foucault: seu pensamento, sua pessoa* (2011) fala da necessidade de efetuar uma crítica à tendência totalizante e mesmo à adesão a metodologias postas de antemão. A ideia é enfatizar que as palavras (nomes) não são inocentes, separados das coisas, implicam muitas armadilhas. Logo, não são da ordem da descoberta, na medida em que as palavras têm história sempre como embate e camadas temporais, movimentos não apenas diacrônicos, mas sincrônicos.

Este gosto pela palavra nos remete à literatura como prática de lacunas nos trabalhos de Veyne (1998) (*Como se escreve a História*) e o movimento de uma História

dita “conceitual”, ou seja, uma História “nominal” que Veyne trazia para Foucault, enfatizando a raridade e singularidade dos eventos a uma postura estética. Deste modo, o conceito de singularidade no livro de Veyne (1978): *Inventário das Diferenças* ressoava com o pensamento de Foucault:

Lá onde a alma pretende se unificar, lá onde o Eu inventa para si uma identidade ou uma coerência, o genealogista parte em busca do começo – dos começos inumeráveis que deixam esta suspeita de cor [...] a análise da proveniência permite dissociar o Eu e fazer pulular nos lugares e recantos de sua síntese vazia, mil acontecimentos agora perdidos (FOUCAULT, 1979, p. 20).

Assim, qualquer narrativa histórica é, no final das contas, precisamente uma narrativa, feita de artificios, de uma poética, de uma crítica que traz o plano dos jogos de linguagem e a multiplicidade estética. Contudo, a fim de traçarmos os eixos a respeito das conversas de Foucault com a disciplina histórica, precisamos trazer um panorama das aproximações dele com a “École des Annales”, na França, em suas similaridades e desencontros. Foucault, por ser contemporâneo da terceira geração (virada antropológica) desse movimento, compartilhava alguns de seus princípios. Certamente, suas investigações, em vários aspectos passaram a focar no questionamento do presente da nossa sociedade centrando nos conceitos de “acontecimento” e “problema”.

Com base nessa contextualização acerca do movimento que impulsionou a expansão do conceito de “documento”, trazemos para o centro desse artigo o debate de forma mais detalhada das observações de Foucault (1997), ao sustentar que o documento não é apenas uma reconstituição do que os homens realizaram ou expressaram no passado.

As lutas constituem os documentos e os delimitam em conjuntos de séries e relações que trazem tensões das disputas de poder e saber em jogo nas tramas discursivas e não-discursivas. Portanto, o documento é um monumento como já alertava Le Goff (1990). Nesse ponto, Foucault (2008) destacava que problematizar o documento como monumento é uma ação que implica um jogo de interpretações. Nas lutas de saber e poder no manejo dos documentos há uma intensidade de inquietações que são marcações de afeto, das redes políticas e dos modos e pensar uma sociedade.

No bojo das transformações trazidas pela “École des Annales”, há uma proliferação dos discursos que fomenta as economias: subjetivas, culturais, políticas, sociais e educacionais (FARGE, 2011). Dessa forma, abala-se o que parecia ser o chão de

uma história de caráter positivista para destacar as situações e limites de ações, performances, palavras, dos sistemas de visibilidade e dizibilidade dos acontecimentos históricos. Com efeito, os discursos são operadores, estratégias, táticas e são usados a favor e contra os que os pronunciaram. Estes podem ser intercambiados, entrecruzados e utilizados como armas em batalhas no jogo das relações de forças que ultrapassa a lógica binária de dominantes e dominados.

Diante dessas pontuações, é válido desvincular a história da imagem com a qual ela se deleitou por um longo período e que era usada como uma justificativa antropológica: a de uma memória coletiva e milenar que se apoiava em documentos materiais para recuperar o frescor de suas recordações, em uma visão historicista. Se, neste caso, lançamos mão de uma visada em Foucault a respeito dos documentos na relação com a literatura, podemos interrogar quais arquivos são escolhidos para serem guardados e conservados em instituições, tais como: museus, bibliotecas, universidades e em arquivos digitais.

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas. (FOUCAULT, 1997, p. 149).

Foucault parte do princípio de que existe uma relação de saber/poder entre o que é dito e registrado, considerando os impactos de preservar certos trechos da história e eliminar outros. Com uma nova perspectiva, a história alterou seu ponto de vista sobre o documento: em vez de interpretá-lo ou avaliá-lo como falso ou verdadeiro, começou a analisá-lo internamente. É no bojo dessa análise documental que Foucault partia do princípio de que existe uma relação de poder e saber em relação ao que é dito e registrado, considerando os impactos que a preservação de certos trechos da história pode ter (LEMOS & CARDOSO JR, 2009).

Na chamada “História Cultural”, Hayden White (2001) imprime um movimento estético sobre a escrita historiográfica, reaproximando narrativa histórica de literatura. A partir da contribuição de White, a história alterou seu ponto de vista sobre o documento: em vez de interpretá-lo e avaliá-lo como falso ou verdadeiro, começou a analisá-lo internamente. Se a história é disposta em forma de narrativa, se utiliza dos mesmos

instrumentos para dar forma ao enredo, para explicar e argumentar que a literatura, e dispõe dos mesmos mecanismos, alegorias e tropos para produzir compreensão ao leitor, então a narrativa histórica aparece como um gênero literário. A diferença entre História e Literatura é que a segunda está focada no texto de modo mais regular em termos do ofício das Letras. Já, a História tem uma obrigação com a trama na escrita como narrativa das fontes acessadas com a sua materialidade, com as práticas sociais que são ações dos seres com outros grupos e, inclusive, consigo.

White (2001) estava ciente da discussão que surgiria da conexão entre "literatura de fato" e a historiografia, além de conferir um tom realista à narrativa textual. Para um olhar atento, escutar White é poder pensar o arquivo em composição por um conjunto de eventos variados com linhas de força que se cruzam e se formam em um agrupamento de práticas vizinhas que coexistem intrinsecamente, ligadas às práticas institucionais e às posições dos sujeitos que informam sobre as condições para o surgimento de determinadas práticas. Portanto, “é preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida” (FOUCAULT, 1997, p. 28). Em suma, na história dos saberes há uma perspectiva da arqueologia que analisa a repartição discursiva por meio dos discursos reais que são efetivamente proferidos, existindo como materialidade (MACHADO, 2009).

Toda a história é arqueológica por natureza e não por escolha: explicar e explicitar a história consiste, primeiramente, em vê-la em seu conjunto, em correlacionar os pretensos objetos naturais às práticas datadas e raras que os objetivizam, e em explicar essas práticas não a partir de uma causa única, mas a partir de todas as práticas vizinhas nas quais se ancoram. Esse método pictórico produz quadros estranhos, onde as relações substituem os objetos. (VEYNE, 1988, p. 280).

A leitura arqueológica delimita as normas de formação dos objetos, das formas de enunciação, dos conceitos, termos e teorias, visando identificar o grau de positividade que os distingue. Assim, ao desmontar o documento/monumento, podemos detalhar os processos de criação do documento. Esse processo, ao ser desmontado, evidencia as várias séries entrelaçadas de enunciados dispersos e seus pontos de ruptura, frequentemente onde se buscava evidenciar uma prática discursiva unificada. Foucault parte do princípio de que existem normas que orientam as práticas discursivas e geram os objetos que são discutidos. Neste cenário, se considera os enunciados como uma unidade que permite estabelecer o regime geral onde as práticas discursivas são

institucionalizadas, utilizadas, reaproveitadas e combinadas. Foucault destaca, em relação aos enunciados, que:

[...] não existe enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente, mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, apoiando-se neles e se distinguindo deles: ele sempre se integra em um jogo enunciativo, em que tem sua parte, por pouco importante ou ínfima que seja (FOUCAULT, 1997, p. 152).

A arqueologia aborda o estudo dos acontecimentos para evidenciar as regularidades que possibilitam a aparição de um enunciado como tal. O que realmente importa é a função enunciativa que adquire ao se inserir em redes, em campos de uso, ou seja, o enunciado circula, entra na esfera das lutas (FOUCAULT, 1997).

Foucault, ao considerar a função enunciativa, se concentra nos feixes de relações discursivas, não considera o discurso como uma unidade ou identidade, uma vez que não se preocupa com a análise de quem fala, mas sim com *a posição de quem fala*. Com base nessas reflexões, é possível enfatizar que a arqueologia é uma escrita, ou seja, uma estética de transformação do que já aconteceu.

2. História, Forças Múltiplas e Ficção literária

A literatura ameaça a história na medida em que nela se infiltra o estranhamento como nossa condição de vida, podendo surgir como impressões e divagações, como expressão de emoções e sensações. Para vários historiadores, a literatura estaria mais associada às paixões, à sensibilidade, à dimensão poética e subjetiva da vida, à predominância do subjetivo. Os seres humanos, assim como a história, tendem a acreditar que a realidade é o que percebem. A emergência da história como ciência humana ocorreu na transição do século XIX para o XX, com a tentativa de validar os conhecimentos históricos através de um modelo de cientificidade baseado na Europa. Este modelo era fundamentado na Escola Positivista, que defendia a ideia de prova da verdade, a inquirição como método na criação da ciência e a imparcialidade do investigador (BIRARDI, CASTELANI, & BELATTO, 2001).

Existia um esforço para separar a história da literatura com o intuito de criar uma concepção de “Ciência Histórica”, já que a narrativa ficcional era vista como parcial e subjetiva, fundamentada na imaginação, fantasia, convicções e valores dos escritores. A ideia de uma disciplina histórica considerada confiável em relação aos chamados fatos relevantes, como uma representação destes, através de métodos positivistas de análise

documental, era uma tentativa de estabelecer uma ciência e uma profissão que buscasse narrar os acontecimentos históricos e reconstruí-los em sua suposta verdade.

A estratégia dos historiadores positivistas de se diferenciarem dos textos literários era uma prática. A distinção entre história e literatura também resultou na distinção de documentos como distintos das criações literárias. A discussão sobre a política da verdade era um elemento fundamental nessa delimitação de campos no estudo da história factual. Os historiadores começaram a atribuir a certos conjuntos de documentos a função de prova a parti das práticas disciplinares do controle da verdade enquanto um modo de lidar com os saberes em determinada sociedade (FOUCAULT, 1996).

Além desses aspectos relacionados à veracidade do documento, o historiador atuaria como um intérprete do passado através da análise e organização dos arquivos sobre heróis nacionais. Este ponto de vista apresentava uma materialidade de origem e uma teleologia. Portanto, a incorporação do estudo de atos heroicos ao longo do tempo, especialmente no passado, e a conexão com a veracidade do documento supostamente verificado através do uso de técnicas positivistas, foram aspectos que estabeleceram a fronteira entre História e Literatura, na transição do século XIX para o XX.

Assim, o historiador se tornou o único apto a interpretar os traços materiais do passado, que deveriam estar devidamente registrados em arquivos, geralmente se limitando à descrição da vida dos "grandes homens" de destaque político e suas realizações. Ferreira e Amado (2000) sustentam que o método de estudo da história era baseado na prática contínua de decifrar documentos, fundamentado na noção de objetividade de modo causal-linear. O historiador deveria se distanciar das questões atuais e somente quando não existissem mais relatos vivos dos mundos é que a normatividade positivista permitiria que ele realizasse suas análises. A estipulação de limites temporais estritos, juntamente com outros componentes da disciplina histórica, não pode ser dissociada das batalhas de grupos sociais por reconhecimento no ambiente acadêmico e profissional, envolvidos em disputas de poder para legitimar uma prática, neste caso, positivista. Em resumo, o movimento da Escola dita "metódica" apresentava princípios fundamentados na visão positivista para o campo histórico.

Com essa delimitação, pretendia-se contar uma história predominantemente descritiva, narrativa, imparcial. Um outro elemento que era importante para os historiadores metódicos era o subjetivismo que acompanhava a análise de documentos. Neste aspecto, os historiadores deveriam supervisionar e, na medida do possível, eliminar qualquer subjetivismo. O estudo da história deveria se limitar a relatar com precisão os

"fatos" que correspondem às mudanças que ocorreram nas sociedades passadas (FARIAS, FONSECA, & ROIZ, 2006). Mas a análise de um documento vai além dos arquivos oficiais e não se restringe ao conteúdo escrito. Ela abrange também as imagens, oralidades, sons e objetos, além de estar conectada às várias práticas adjacentes que se entrelaçam em um jogo de intrigas na construção do documento. Borges (2008) sustenta que, a fim de responder às questões apresentadas pelo presente e direcioná-las ao passado, os historiadores tiveram que intensificar a interação com outras áreas do conhecimento, como as disciplinas da economia, a sociologia e demografia, desenvolvendo um novo método de investigação.

Neste processo de intercâmbio e criação, ocorreu a quebra de um modelo metódico de história. Com a ruptura da "escola metódica", houve uma expansão das possibilidades de atuação do historiador permitindo o resgate da memória do passado a partir de questões suscitadas pelo presente. O movimento responsável pela ruptura com a "história metódica" foi nomeado como "École des Annales" em referência a uma publicação idealizada por Lucien Febvre ao término da Primeira Guerra Mundial. A chamada "École des Annales" produz um foco na história como problema a ser colocado e não fato a ser desvendado; propõe a expansão do estudo para abranger a história de todas as ações humanas, não apenas a história política; e cria uma conexão com outras áreas do conhecimento, como as disciplinas da geografia, sociologia, psicologia, economia, linguística, antropologia social, entre outras (BURKE, 1997).

Burke (1997), em seu livro: *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa na historiografia*, afirma que esse movimento pode ser segmentado em três gerações, que, apesar de não serem excludentes, têm ênfases distintas.

O terceiro movimento na "École des Annales" caracterizou-se por profundas transformações intelectuais e culturais. As discussões se espalharam por vários países, promovendo uma maior receptividade a ideias estrangeiras e a incorporação de novos temas ao campo histórico. Possivelmente, a principal mudança consiste em alterar os interesses da base econômica para a cultural, sem comprometer as análises econômicas. No bojo dessas transformações, os documentos são vistos como produtos da sociedade que os produz, de acordo com as relações de forças que se entrelaçam ao acaso do encontro, na eclosão do evento. Portanto, Le Goff (2003) argumentou que apenas a avaliação do documento como monumento, e não necessariamente na sua forma escrita, possibilitaria à memória coletiva a sua recuperação, desmontagem e utilização pelo historiador em várias montagens e narrativas.

Assim, o documento tornou-se o produto de uma combinação de práticas históricas, no período da sociedade que o elaborou, conforme os interesses em jogo e as disputas que o sustentavam, tornando-se imprescindível que fosse questionado. Castro (2008) destaca que não se pode adotar uma perspectiva inocente ou acrítica em relação à memória social dos documentos/monumentos onde essa memória é objetivada. De fato, a manutenção de uma memória envolve múltiplos interesses que resultam na escolha de aspectos que, em um contexto específico, tornam-se pertinentes, definindo o que deve ser preservado.

3. As Margens

Assim como Foucault (2008) afirmava que captava o intolerável e efetuava uma análise como atitude crítica, forjando práticas heterotópicas, também visamos agir na inquietude de quem não se conforma com as sujeições atuais e busca cartografar quais são os novos perigos em nosso tempo. Mapear o movimento das forças em processualidade, emaranhadas, é poder traçar o percurso de territorialização e desterritorialização dos modos de existência.

O arquivo é o objeto histórico da arqueologia do saber enquanto uma história da verdade não-linear e marcada por desníveis discursivos. Em suma, há uma postura de apropriação da genealogia proposta por Foucault que nos possibilita descer da perspectiva que olha do alto por meio dos conceitos de proveniência (*Herkunft*) e emergência (*Entstehung*) para analisar em descontinuidades os saberes nas redes de poder. Nessa vertente histórica, o que emerge não tem intencionalidade de um sujeito e o que aparece como proveniência não remete a uma tradição historicista.

Conforme Cardoso Júnior (2001), por exemplo, há uma aposta de que qualquer ontologia se torna uma como análise do que algo é varia com a história, ou seja, só podemos falar em ontologias de devir, ontologias do presente que passa, a partir das perguntas elaboradas pelo historiador no tempo presente. Mas, justamente, as interrogações se fazem sobre um corpo que não possui nenhuma verdade capaz de subordiná-lo. O corpo múltiplo é, portanto, o lugar de *proveniência*, negado pelas histórias oficiais. E as interrogações que o historiador propõe são a afirmação do campo de tensões em que *emerge* qualquer acontecimento. Por isso, também, o questionário do historiador é movido por uma preocupação em interrogar os documentos em função de sua própria atualidade, efetuando uma crítica que desnaturaliza a sociedade na qual vive.

Deste modo, a ontologia se torna crítica e sai do campo puramente filosófico, assumindo efeitos de insurreição, dentre os quais, por exemplo, o que vemos na esfera dos estudos pós-coloniais. Mezzadra (2010) ressalta que a escrita em conversação com Foucault o ajuda a efetivar um trabalho histórico pós-colonial, de crítica acirrada, em uma postura de problematização cultural materializada na apropriação de temas e documentos considerados subalternos, de vidas tidas como infames e sobre as quais praticamente nada se dizia e/ou se falava pelas margens e com elas.

As lutas locais e a insurreição dos saberes sujeitados abrem brechas na escrita e na leitura, pois essa narrativa possibilita contar de outras maneiras a história, narrar os estilos de existências e de povos que foram submetidos pela inferiorização de seus valores. As anotações de leituras históricas das experimentações não são a representação de um mundo já dado dos modos de vida cotidianos enquanto experiências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes* São Paulo: Cortez, 1999.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O historiador *naif* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2006. p. 192-215.

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. *História. A arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru: EDUSC, 2007.

ANTUNES, M. A. M. Materialismo histórico-dialético: Fundamentos para a pesquisa em história da psicologia. In A. A. Abrantes, N. R. Silva, & S. T. F. Martins (Orgs.), *Método histórico-social na psicologia social* (p. 105-117). Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

AUERBACH, E. *Mímeses: a representação da realidade na literatura*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BARROS, J. D'A. *HISTÓRIA E LITERATURA - novas relações para os novos tempos*. Contemporâneos Revista de Artes e Humanidades, nº6, mai-out 2010. p.10.

BARTHES, R. *O Rumor da Língua*. Tradução: Mario Laranjeira. São Paulo: Editora

Brasiliense, 1988.

BIRARDI, A., CASTELANI, G. R., & BELATTO, L. F. B.. O positivismo, os Annales e a Nova História. *Revista Klepsidra*, a.II(7), 2001. Recuperado de <https://www.klepsidra.net/klepsidra7/anales.html>

BLANCHOT, Maurice. *O livro por vir*. São Paulo: Editora WMG Martins Fontes, 2005.

BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASTRO, C. *Pesquisando em Arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: *História: Novos Problemas*. Le Goff, J.; Nora, P. (Orgs.) 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

CHARTIER, R. *À Beira Da Falésia. A história entre certezas e inquietude*. Tradução Patrícia. C. Ramos Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G. *Foucault*. Tradução Cláudia Sant'Anna Martins. São Paula: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia v.1*. Rio de Janeiro: Ed. 34 Letras, 199 5.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mil Platôs vol. 2*. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mil Platôs vol. 4*. Tradução Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1997.

FARGE, A. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FARGE, A. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FARIAS, M. N., FONSECA, A. D., & ROIZ, D. S. A escola metódica e o movimento dos Annales: contribuições teórico-metodológicas à história. *Akrópolis*, 14(3-4), 121-126, 2006.

FERREIRA, M. M. & AMADO, J.. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Organização Roberto Machado. São Paulo: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2004.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Organização Roberto Machado. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, M. *A coragem da verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

GINZBURG, C. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KRAMER, L. S. *Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick La Capra*. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEMOS, F. C. S. & CARDOSO Jr, H. R. A genealogia em Foucault: uma trajetória. *Psicologia & Sociedade*. São Paulo, n. 21(3), p. 353-357, 2009.

MACHADO, R. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MAINENTE, R. A. GAGLIARDO Vinicius Cranek. O estatuto da história e seu papel social: um resgate do debate epistemológico a partir da década de 1970. *Revista Ars Historica*, v. 1, n. 1, jan.-jun. pp. 68-79, 2010, p. 68. Disponível em http://www.ifcs.ufrj.br/~arshistorica/junho2010/arshistorica01_a07.htm Acessado em 08/08/2014.

MEZZADRA, S. Em viagem. Michel Foucault e a crítica pós-colonial. In M. Artières, J. F. In M. Artières, J. F. Bert, F. Gros, & J. Revel (Orgs.). *Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MICHON, P. A hipótese estrutural. In M. Artières, J. F. Bert, F. Gros, & J. Revel (Orgs.). *Michel Foucault* (pp. 89-90). Rio de Janeiro: Forense, 2010.

PERROT, M. *Os excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz & Terra, 2017.

RAGO, M. As marcas da pantera, 25 anos depois. *Cadernos de História da Educação*, v.19, n.2, p.319-334, mai.-ago. 2020.

REIS, J. C. História e Verdade - posições. *Síntese - Revista de Filosofia*, volume 27, número 89, Belo Horizonte, 2000.

REVEL, J. *Lugares da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VEYNE, P. *Como se escreve a História*. Brasília: UNB, 1998.

VEYNE, P. - *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Tradução Marcelo Jaques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2 ed. São Paulo, Editora da USP, 2001.